



Foi realizado entre os dias 24 a 26 de agosto em Brasília, a “Oficina de Assistência Técnica e Extensão Rural Indígena” promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, o evento contou com representantes dos estados que compõem a Amazônia Brasileira.

A oficina teve como objetivo reunir associações indígenas, organizações indigenistas e instituições públicas no intuito de maior articulação entre as entidades que atuam em Ater e possibilitar redes de parcerias, bem como o debate de propostas e encaminhamentos de diretrizes que possam nortear as futuras chamadas de Ater Indígenas lançadas pelo MDA.

Foi apresentado ainda o quadro de projetos da Carteira Indígena na Região Norte e a atual composição da Carteira com os novos Ministérios que integram esse grupo; Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Desenvolvimento Agrário e Cultura.

Outro tema abordado foi uma discussão mais aprofundada sobre Ater em terra indígena e suscitar uma maior capacitação das instituições interessadas em apresentar propostas de projetos ao MDA.

Atualmente há 61 projetos aprovados na Amazônia legal pela Carteira Indígena, que vêm beneficiando 2.059 famílias, recursos que perfazem um montante de R\$ 1.714.330,24, alguns em execução e outros já executados ou aguardando análise.

Estiveram presentes nessa oficina diversas representações indígenas e organizações interlocutoras da questão indígena, o Amazonas esteve representado pela COIAB, SECOYA e IDAM, a SEAPROF (AC), APIZ, Org. Mulheres e CPPT (RO), CIR (RR), Kanindé, Vitória Amazônia e Emater (PA) e Iepe e Parceiro (AP).

Contou ainda com a presença da OPAN, Warã Inst. Maiwu, Uniselva, SPDH, Inst. Aldeia Verde, INY MAHADU, Inst. Olhar Etnográfico e IPEAX (MT), OIT, AGERP, ECOTERRA E CTI (MA) e IABS, COAPIMA e Wyty Cate(TO).

A expectativa é que encontros como esses possibilitem um debate acerca das necessidades e anseios diferenciados dos povos indígenas e na construção de referenciais para que a Carteira Indígena possa se fortalecer e possuir uma Ater qualificada de forma a atender as populações indígenas com suas especificidades e desafios conforme sua região.

Como lembrou Leonardo Santana (MMA), "É preciso considerar as diferenças culturais" e Sônia Guajajara (COIAB) "O que a gente quer é que realmente essas áreas não sejam exploradas como se vê hoje, mas que tenha de fato uma gestão ambiental, porque a gente sabe que não estamos protegendo só a vida dos indígenas, mas a vida de toda a humanidade".

Depto. Desenvolvimento sustentável